

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Carlos Gomes Pessoa – TECPAR; Célio da Silva Correa – CORESAN Cornélio Procópio; Cristielen Massaroli – CORESAN Dois Vizinhos; David Brito – CORESAN Apucarana; Eder Cordeiro – CORESAN Umuarama; Flávia Anastácio – CORESAN Cascavel; Gilmar Carlos Zampiva – CORESAN Ivaiporã; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Marcia Cristina Stolarski – SEAB; Maria Isabel Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Rosângela Mara Slomski Oliveira – FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Tammy Rafaelle Kochanny – CORESAN Curitiba; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Débora Guerino – CORESAN Toledo; Dóris de Fátima – CORESAN Guarapuava; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Daniele Cristina – TECPAR; Luiz de Mauro – SUDIS; Timóteo Borges de Campos – SUDIS.

Outros Participantes: Ana Maria Schmidt – SEMAS Apucarana; Regina Sueli – CAE Maringá; Suzimery Santos – SEAB Paranaíba; Ane Caroline Testa – SEAB Cianorte; Jucival P. de Sá – SEAB Maringá; Cirlene Aparecida Picolo – CONSEA Maringá; Sergio Vieira – SEAB Maringá; Edna Lucia Martins – Paróquia Sano Expedito; Graziella Wanessa – CONSEA Maringá; Marcio Soto – CONSEA Paiçandu; Edna Siqueira – Bom Pastor; Daniele Saldanha – Quilombola Ilê Axé Obatala; Alam C. dos Santos – Prefeitura Paiçandu; Doralice – Unidos Para o Bem.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura solene com mesa Diretiva e Apresentação Cultural;
2. Audiência pública com lançamento do Plano de SAN de Maringá e apresentação da Escola Milton Santos de Agroecologia;
3. Marcos legais e conceituais em SAN/Exigibilidade do DHAA;
4. A política de SAN no Paraná;
5. Contexto e desafios da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Prof.^a Me. Telma Maranhão Gomes – UEM;
6. Cooperativismo e Associativismo junto à agricultura familiar – Contexto e desafios no Paraná – Sr. Nélio Luiz Gaio – Extensionista IDR Paraná;
7. Processo de formação, organização e recursos na construção da Cooperativa – Sr. Carlos Roberto Cardoso;
8. Aprovação de pauta e ata;
9. Terceirização da alimentação escolar no Paraná – encaminhamentos realizados pelas CORESAN's;
10. Atenção à saúde e estado nutricional da população indígena do Paraná – Adriane/SESA;

11. Atendimento às comunidades indígenas do Paraná pelo PNAE – Rosângela/FUNDEPAR;
12. Informes do DESAN/SEAB;
13. Encerramento.

Memória: Abertura solene com mesa Diretiva e Apresentação Cultural; Audiência pública com lançamento do Plano de SAN de Maringá e apresentação da Escola Milton Santos de Agroecologia. Marcos legais e conceituais em SAN/Exigibilidade do DHAA. A política de SAN no Paraná. Iniciando as palestras de formação no Centro de Ação Cultural de Maringá, a Prof.^a Me. Telma Maranhão, Diretora da Diretoria de Assuntos Comunitários da UEM e integrante do Fórum Regional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS, é apresentada e dá início a sua palestra sobre o contexto e os desafios da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela introduz a sua apresentação com a trajetória histórica do Brasil no que diz respeito à luta pela segurança alimentar e nutricional. Entre os fatos históricos mencionados, ela dá ênfase à luta pelo combate à fome promovida por Josué de Castro, ícone inicial da segurança alimentar no Brasil; ao Consenso de Washington, medidas assinadas na década de 90 pelo então Presidente Fernando Collor com o intuito de dar início ao neoliberalismo no país; à instalação do CONSEA Nacional, com o Presidente Itamar Franco; à posterior extinção do CONSEA Nacional, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e à implementação do Programa Comunidade Solidária, tomadas de ações que, de acordo com a Sra. Telma, retrocederam a Política Pública de Assistência Social. Ela relata que durante a pandemia o número de pessoas sem direito à alimentação no Brasil atingiu 19 milhões, e que, devido à posterior crise econômica, esse número atingiu 33 milhões. Em seguida, a Professora Telma pauta sobre as questões que estão relacionadas à fome do país. Ela explica que a pandemia global do sistema alimentar está associada à expansão da presença dos alimentos industrializados, à desvalorização da agricultura familiar e da agroecologia, ao desmatamento da Amazônia, à crise econômica e às desigualdades sociais. Assim, ela pontua que a discussão do sistema alimentar é fundamental e que é muito nítida a necessidade de avanços nos modelos dos sistemas alimentares. Dito isso, a Professora elenca os principais desafios a serem enfrentados para tornar os modelos dos sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos: a diminuição do desmatamento e da emissão de gases poluentes, a melhoria na gestão dos recursos naturais e da biodiversidade, melhoraria da qualidade nutricional dos alimentos, além de melhoria na resposta das questões sociais e atualização das respostas das questões éticas, de gênero e de revolução tecnológica. Para atingir os resultados desejados, ela elucida que esses sistemas precisarão de políticas públicas, de novas regulamentações, de atração de agentes privados e consumidores e de avanços nos incentivos e fomentos. Na sequência, a Professora Telma discute sobre a questão da intersetorialidade, um dos grandes desafios da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela explica que a Política de SAN avançará significativamente se as Políticas de Educação, Saúde, Agricultura e Assistência Social trabalharem de forma conjunta. A realidade, no entanto, é que a formação profissional não foi construída em um conceito de interprofissionalismo e que não há nenhum tipo de estrutura de gestão horizontal. Utilizando a pauta do SISAN como exemplo, ela relata que para avançar na intersetorialidade será necessário pensar em estratégias mais simples de articulações nos municípios, pensar em como inovar as políticas públicas, em como organizar os programas e ações de cada Secretaria e também criar um valor político para essa agenda. Desse modo, para atingir os objetivos citados, requer-se um suporte da própria gestão, é preciso construir capacidade de gestão intersetorial, capacitar atores estratégicos nas Secretarias, as lideranças e também os beneficiários. Findando a sua pauta, ela traz dados sobre a Segurança Alimentar e Nutricional da população paranaense. Ela relata que 65.500 famílias do Paraná estão sem

a cobertura do Auxílio Brasil devido as mudanças do anterior Auxílio Emergencial. Desse número, cerca de 51.000 famílias vivem em extrema pobreza. Para a Prof.^a Telma, essa deve ser a prioridade número um do Estado, juntamente com a construção de estratégias para promover a alimentação saudável na base de benefícios, um trabalho que precisa ser integrado. Na sequência, ao ser aberto o espaço para as perguntas, a conselheira Marli questiona como é realizada a fiscalização da produção dos alimentos orgânicos no Estado, visto que algumas das associações de Laranjeiras do Sul que ganham licitação dos produtos orgânicos estão comprando de produtores terceiros produtos não livres de agrotóxicos e vendendo-os como orgânicos. A conselheira Maria Isabel, por sua vez, pontua sobre o avanço da gestão intersetorial do SISAN, ela expõe que o novo desenho de uma Política Nacional que responda aos desafios pautados na apresentação da Professora Telma poderia partir do Paraná, Estado referência em Segurança Alimentar no país. Em resposta à conselheira Marli, o Secretário Executivo Valdenir explica que a falta de fiscalização das produções é consequência da insuficiência de servidores públicos para dar conta de todo o trabalho no Estado. Sobre a denúncia da conselheira, ele explana que para haver a provocação do Ministério Público Estadual e das estruturas do Estado, requer-se materialidade junto da denúncia, e que, portanto, a CORESAN de Laranjeiras do Sul deve mandar um relato para o Estado para que haja a provocação dos entes públicos. Em seguida, o Secretário Executivo Valdenir Neto expressa sua concordância em relação ao comentário da conselheira Maria Isabel sobre o avanço da intersetorialidade do SISAN e pontua que a partir de 2023 espera-se que o CONSEA contribua à nível nacional com uma nova gestão, se assim for possível, com o resultado das eleições. Por fim, também respondendo ao comentário da conselheira Marli, a conselheira Márcia comenta que os desafios para fiscalizações efetivas são insuficiência de recursos para todas as áreas e a defasagem da assistência técnica. Perante a defasagem de monitoramentos, ela explica que é imprescindível que a sociedade civil atue de maneira a repassar esse tipo de informação e denúncias aos entes públicos. Na sequência, dando início a sua apresentação sobre o cooperativismo e o associativismo ligados à agricultura familiar, o Sr. Nélio Luiz Gaio, extensionista do IDR Paraná e técnico assessor das organizações rurais da agricultura familiar de Maringá, faz um pequeno resumo da história do cooperativismo no Brasil e no mundo. Em seguida, o Sr. Nélio passa a explicar os números do cooperativismo no Brasil e no Estado do Paraná. Ele informa que das 4.680 cooperativas do Brasil, 1.170 trabalham no ramo agropecuário, ramo que reúne as cooperativas que exercem atividades agropecuárias, extrativistas, agrícola, agroindustriais e pesqueiras. Sobre o cooperativismo no Paraná, ele informa que, ao todo, são 127 unidades, 132.308 associados e 61.692 associadas. Sobre a participação das mulheres nas cooperativas, ele informa que o número de associadas cresce anualmente cerca de 4%. O quadro de funcionário conta com 103.000 colaboradores, o faturamento anual de 2020 foi de 134 bilhões de reais, a participação do PIB agropecuário é de 62% e as pessoas diretamente beneficiadas com a existência das cooperativas no Paraná somam 4,4 milhões. Sobre as cooperativas da agricultura familiar, ele explica que a partir de 2008 houve uma melhora significativa nas condições de crescimento devido ao PNAE. Assim, partindo para os números das cooperativas da agricultura familiar do Estado, ele informa que existem 171 unidades, as quais contam com 30 mil agricultores e agricultoras cooperados e em torno de 1.000 colaboradores. O Faturamento anual dessas cooperativas é de 530 milhões de reais, e a participação do mercado institucional é de 80%. O maior objetivo dessas cooperativas, de acordo com ele, é a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, agroindustriais e panificados voltados para o mercado institucional, e a maior atuação é na prestação de serviço, através de logística, coleta e entrega de produtos. Ele sinaliza que as cooperativas da agricultura familiar existem em função do mercado institucional, algo que traz benefícios, mas que também é limítrofe no que diz respeito aos seus crescimentos. Em seguida, o Sr. Nélio passa a explicar sobre as associações do Brasil e do Estado. Ele pontua que as associações são

entidades jurídicas, assim como as cooperativas, mas que não possuem finalidade econômica, algo que dificulta a comercialização dos produtos. Na região, ele explica, há 30 associações formalizadas, e, desse total, 14 são para prestação de serviços e não comercializam, 12 são organizações que estão relacionadas ao setor produtivo e comercial, e o restante atua na comercialização para o mercado institucional, Compra Direta e PNAE. Por fim, o Sr. Nélio adentra na discussão sobre os principais desafios enfrentados no Paraná no que tange o cooperativismo e associativismo. O primeiro desafio seria a sazonalidade, ele explica que há produtos encontrados no decorrer de todo o ano e outros produtos têm determinados períodos de produção. Outro desafio é a temperatura do Estado, que por não ser uniforme, em algumas regiões a produção de determinadas olerícolas é impossibilitada devido ao frio e em outras regiões, devido ao calor, a produção de determinadas olerícolas é significativamente impactada. Ainda, o uso de empalhado de solo e de agrotóxicos dificultam o aumento do número de produtores de orgânico certificados no Estado. Ademais, ele pontua que é necessário trabalhar mais a questão empreendedora das cooperativas, elaborar planos de negócios, melhorar o sistema de condicionamento e apresentação dos produtos, pontos fundamentais para melhorar as vendas, buscar recursos diante da precariedade da infraestrutura e desenvolver o espírito do cooperativismo. Na sequência, finalizando os debates do primeiro dia de reunião, o convidado Sr. Carlos Roberto Cardoso, responsável pelo setor de comercialização de leite e derivados do comércio local de Paracity e integrante do quadro social da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), dá início à pauta sobre o processo de formação e organização da COPAVI e seus recursos. Ele agradece a oportunidade de expor o empreendimento da COPAVI, cooperativa que está localizada na região do Arenito Caiuá, local muito degradado pelo desmatamento dos últimos 60 anos. Ele informa que a cooperativa, fundada em 1993, é fruto do processo de luta pelo monopólio da terra desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e que hoje conta com 22 famílias, 43 sócios e com uma área de produção de 230 hectares. Depois, o Sr. Carlos apresenta e descreve o funcionamento e as características da cooperativa. De acordo com ele, os princípios da cooperativa são participação social, justiça nas relações de trabalho, justa distribuição da renda gerada pelo trabalho dos associados, respeito ao meio ambiente, autogestão, administração coletiva e transparente e formação social. Além disso, a cooperativa visa a ser um instrumento de defesa da reforma agrária do país. Ele explica que a COPAVI, desde o seu início, optou pela produção orgânica e que, a partir dos anos 2000, adotou a bandeira da agroecologia. Ademais, a cooperativa desenvolve práticas de participação social e de processos educativos. Finalizando a sua apresentação, o Sr. Carlos explica que as atividades da COPAVI envolvem a produção e a industrialização de açúcar mascavo, melado, cachaça, leite pasteurizado, iogurte e queijo, além da produção de hortaliças e legumes para o autoconsumo. Em seguida, dando início ao segundo dia de reunião, a Presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradece a participação de todas e todos e abre espaço para as conselheiras e conselheiros se apresentarem. Depois, a Presidente Roseli encaminha a aprovação da ata da plenária do mês de julho, bem como a aprovação da pauta da proferida reunião, e dá início à pauta da terceirização da alimentação escolar no Paraná e encaminhamentos realizados pelas CORESAN's. Para situar os presentes acerca da situação, o Secretário Executivo Valdenir faz um breve relato do caso explicando que, ao receberem a informação da existência de estudos relacionados a uma possível terceirização da alimentação escolar do Paraná, produziram, enquanto CONSEA, um manifesto contrário à terceirização e um Ofício, enviados ao Chefe da Casa Civil Sr. João Carlos Ortega e ao Sr. Renato Feder da Secretaria do Estado da Educação. Ele relata que a resposta da SEED/FUNDEPAR, perante os apontamentos dos documentos, foi de que o Estado possui prerrogativa, mas que nada havia sido efetivado. Assim sendo, o Sr. Valdenir explica que solicitaram às CORESAN's reuniões e discussões sobre a terceirização com deputados estaduais, deputados

federais e outras lideranças do Paraná com o intuito de pressioná-los diante da pauta e de mobilizá-los a discutirem a questão na Assembleia Legislativa. Assim sendo, a Presidente Roseli dá início aos relatos, explicando que, na CORESAN de Pitanga, realizaram uma reunião com os Prefeitos da região para abordarem a pauta da terceirização e que entregaram aos deputados o manifesto contrário à terceirização. Na CORESAN de Maringá, a conselheira Marilze relata que fizeram um encaminhamento para o CAE Estadual, realizaram tanto uma reunião com o Presidente da Câmara de Vereadores quanto com o CAE de Maringá para discutir a questão e entregaram o manifesto e o Ofício para os deputados anteriormente contatados. Em Dois Vizinhos, a conselheira Cristielen informa que há um forte apoio da Prefeitura no que diz respeito à merenda escolar e explica que, ao iniciarem os encontros com os deputados da região, discutirão a terceirização. Na CORESAN de Guarapuava, de acordo com a conselheira Dóris, foi discutida a gravidade da situação com o CONSEA Municipal e a discussão foi levada para alguns vereadores que possuem um bom contato com deputados da região. Encerrando a discussão, a conselheira Maria Isabel explica que se reuniu com mulheres da agroecologia em São João do Triunfo, município que possui 100% da alimentação escolar orgânica comprada da agricultura familiar. Devido a isso, ela sugere a realização de um levantamento dos municípios que têm experiências positivas com alimentação escolar, para que o exemplo de São João do Triunfo seja um modelo a ser adotado em outras localidades do Estado. A seguir, o Secretário Executivo Valdenir, introduzindo a discussão com a conselheira Adriane Leandro sobre a atenção à saúde e o estado nutricional da população indígena do Paraná, informa que o CONSEA firmou parceria com o Ministério Público Estadual, com a Defensoria Pública do Estado e com alguns Ministérios Públicos Federais para lidar com a situação de insegurança alimentar dessas comunidades indígenas. Complementando o debate, as conselheiras e conselheiros discutem a respeito da vaga voltada aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), haja vista a necessidade de representação constante e articulada dos indígenas e dos quilombolas durante as reuniões do CONSEA. Debatida a questão da vaga PCT, foi decidido que a escolha dos indígenas paranaenses que ocuparão a vaga será feita em um momento posterior. Em seguida, a conselheira Adriane da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) dá início a sua pauta e explica que as informações a serem apresentadas por ela foram retiradas de um documento elaborado pela Sra. Lucimara, da Divisão de Promoção da Equidade em Saúde. Iniciando com as considerações sobre o atendimento da saúde indígena no Paraná, a conselheira explica que, de acordo com a estimativa realizada pelo IBGE em 2010, a população indígena no Estado é de 25.915. Destes, aproximadamente 17.000 vivem em 67 aldeias, distribuídas em 30 municípios de 13 Regiões de Saúde, vivendo os demais indígenas em centros urbanos. Na sequência, ela dá informações a respeito do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema constituído pela Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Ainda sobre a Lei, a conselheira cita o Capítulo V, que cria o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), que dispõe, no artigo 19, sobre as ações e serviços voltados ao atendimento das populações indígenas e que define que caberá à União financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Ademais, ela explana que os Estados e Municípios não são isentos do atendimento às populações indígenas, tendo em vista que elas estão contempladas nos mecanismos de financiamento do SUS. Outras considerações importantes pautadas pela conselheira são que, em 2002, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), instituída pela Portaria nº 254 de 2002 e que, em 2010, foi instituída, no âmbito do Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por meio da Lei nº 12.314, que passou a coordenar e executar a PNASPI. Assim sendo, ela explica que a SESAI é composta pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que são os responsáveis por organizar, com o apoio das Equipes Multidisciplinares de Saúde

Ata da 5ª Reunião Ordinária

Curitiba, 12 e 13 de setembro de 2022.

Indígena (EMSI), o cuidado em saúde na atenção primária, que abrange ações de promoção, assistência e vigilância em saúde. No Paraná, o DSEI responsável pela saúde indígena é o DSEI Litoral Sul (DSEI LSUL), o qual compreende o cuidado em saúde dos povos aldeados dos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. A conselheira faz um adendo e relata que entrou em contato com o DSEI LSUL no dia 17 de maio deste ano para buscar informações a respeito da atuação do distrito, mas não obteve retorno. Sobre o cuidado a saúde da população indígena, ela explica que as Secretarias Municipais de Saúde e a SESA devem atuar de forma complementar, garantindo o acesso à atenção de média e alta complexidade, conforme articulações e pactuações na Rede de Atenção à Saúde (RAS). No Estado do Paraná a RAS está estruturada de forma a oferecer acesso aos serviços de saúde no território onde o cidadão se encontra ou o mais próximo dele, tendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como principal porta de entrada do sistema e coordenando o cuidado. A SESA trabalha conjuntamente com gestores e profissionais do DSEI LSUL, e com as Regionais de Saúde e os municípios, para articular e desenvolver ações direcionadas à saúde indígena no Estado. Neste sentido, ela informa que se busca sempre incluir as particularidades e especificidades dessa população nos documentos, bem como nas Linhas de Atenção construídas pela Secretaria. Nesta perspectiva, a conselheira destaca a Linha de Atenção Materno Infantil, a qual estratifica no risco intermediário a gestante e a criança indígena, haja vista as condições de vulnerabilidade em que se encontram. Ela explica que a estratificação de risco tem impactado positivamente na qualidade da assistência, na agilidade do acesso a exames e nas consultas especializadas. No que diz respeito às ações da SESA, a conselheira Adriane relata sobre oficinas realizadas com as EMSI's para a atualização de conteúdos relacionados ao atendimento na APS com ênfase na saúde da mulher e das crianças indígenas, e sobre eventos de educação permanente realizados com o DSEI SUL, cujo objetivo é alinhar conceitos, procedimentos e fluxos, e contribuir para a ampliação do olhar profissional para as especificidades desta população. Em seguida, a conselheira apresenta os dados do estado nutricional da população indígena paranaense, gerados a partir do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde. Ela explica que os relatórios do estado nutricional de toda a região do Brasil é de livre acesso ao público e que os dados refletem o número de pessoas autodeclaradas indígenas que tiveram peso e altura aferidos e registrados nos sistemas de informação da Atenção Primária à Saúde, não sendo, portanto, possível haver distinção de aldeados e não aldeados. De acordo com os gráficos apresentados pela conselheira, em 2019, o número da população autodeclarada como indígena atendida pelo SUS no Paraná era de 6.577, em 2020, o número de atendimentos diminuiu para 4.162 e, em 2021, os registros mostraram um leve crescimento, atingindo 4.953. Ela explica que a queda de registros de 2019 a 2020 está associada com a pandemia. Dividindo esses registros por ciclo de vida (idosos, gestantes, adultos, adolescentes, crianças de 5 a 10 anos e crianças de 0 a 5 anos) da população indígena atendida no SUS tem-se o seguinte resultado: Em 2019, 74 idosos foram atendidos, em 2020, o número de atendimentos diminuiu para 67 e, em 2021, registrou-se 87. O número de gestantes atendidas em 2019 era 62, em 2020, o número de atendimentos aumentou para 112 e, em 2021, os registros foram de 294. Segundo a conselheira, a melhora nos registros das gestantes está refletindo o impacto positivo da Linha de Atenção Materno Infantil descrita anteriormente. O número de adultos atendidos em 2019 era 2.377, em 2020, o número de atendimentos diminuiu para 1.676 e, em 2021, registrou-se 1.940. O número de adolescentes atendidos em 2019 era 1.414, em 2020, o número de atendimentos diminuiu para 760 e, em 2021, os registros foram de 926. O número de crianças atendidas de 5 a 10 anos em 2019 era 1.274, em 2020, o número de atendimentos diminuiu para 763 e, em 2021, registrou-se 865. O número de crianças atendidas de 0 a 5 anos em 2019 era 1.376, em 2020, o número diminuiu para 784 e, em 2021, os registros foram de 850. Em seguida, ela exibe os registros do índice de massa corporal da população

indígena do Paraná, também organizados em ciclos de vida. Para as crianças de 0 a 5 anos, ela destaca que os índices de obesidade, sobrepeso e risco de sobrepeso apresentaram um percentual alarmante. Em 2021, a soma desses índices atinge 40,35% das 850 crianças atendidas. Para as crianças de 5 a 10 anos atendidas em 2021, ela destaca os índices de obesidade grave e obesidade que, somados, atingem 23,6% das 856 crianças avaliadas. Para os adultos avaliados em 2021, dos 1.940 atendidos, apenas 22,27% possuíam um índice adequado, o restante se enquadrava entre sobrepeso (32,42%), obesidades de grau I (27,11%), II (12,53%) e III (5,15%) e baixo peso (0,52%). Para as 294 gestantes avaliadas em 2021, 32,99% apresentaram índices de sobrepeso e 31,97% índice adequado. Para os 87 idosos analisados em 2021, 57,47% apresentam índice de sobrepeso, 29,89% índice adequado e 12,64% baixo peso. Por fim, ela apresenta um gráfico que aborda os números de atendidos no SUS da população indígena, dividido entre as Regionais de Saúde do Paraná de 2019 a 2021. Ela enfatiza as regionais Curitiba, com 150 atendimentos, Guarapuava com 1.380, Pato Branco com 786, Foz do Iguaçu com 401, Londrina com 860, Cornélio Procópio com 162, Toledo com 1.113, Telêmaco Borba com 303 e Ivaiporã com 1.205 atendimentos. Na sequência, a Presidente Roseli passa a palavra à conselheira Rosângela da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, que discutirá a pauta dos atendimentos às comunidades indígenas do Paraná pelo PNAE. A conselheira introduz a sua apresentação informando que, em 2021, 6.414 crianças indígenas foram matriculadas em 16 colégios, 14 itinerantes, 1 comunidade e 23 escolas, e que, ao todo, foram servidos alimentos para 13.598 referências, número que indica a quantidade de pessoas servidas pelas merendas escolares nos 54 estabelecimentos escolares mencionados. De acordo com ela, a quantidade de refeições servidas é superior à quantidade de crianças matriculadas, pois as refeições também são servidas aos moradores das comunidades indígenas. Por conta desse número, ela explica, a quantidade de alimento entregue é maior e, além disso, são servidos tipos diferentes de alimentos, com base no perfil das comunidades, como carnes de peixe e de porco, farinha de milho e banha. Ela, em seguida, apresenta um gráfico com os números de refeições servidas por núcleo regional e a respectiva quantidade de crianças matriculadas; um mapa que demonstra a quantidade de escolas indígenas por município do Paraná e um mapa que exhibe o número de refeições servidas às escolas indígenas apresentadas no mapa anterior. Sobre as ações em pauta nos 54 estabelecimentos escolares indígenas listados, ela cita o Projeto Mais Merenda, que distribui 3 refeições diárias aos alunos; o projeto que visa entregar alimentos na mesma quantidade para todos os alunos, e os projetos de pauta e alimentos diferenciados, que visam distribuir alimentos específicos e em maior quantidade com base no perfil das escolas e as comunidades em que fazem parte. Em seguida, o Secretário Executivo Valdenir, abre espaço para as questões e passa a palavra à conselheira Marilze Brandão, que questiona a origem dos alimentos servidos no Projeto Mais Merenda. Em resposta, a conselheira Rosângela informa que os estabelecimentos escolares recebem parte da alimentação do PNAE, por meio de pregão, e a outra parte é comprada com a cota extra, recurso enviado pelo PNAE com base no número de alimentos servidos. Depois, a conselheira Maria Isabel questiona sobre o impacto da mudança da merenda escolar nos recursos totais do programa. Em resposta, a conselheira Rosângela explica que o valor da alteração da quantidade de carne, mudança introduzida no programa geral, impactou significativamente nos recursos. Dos 500 milhões de reais para o ano, 55 milhões são destinados à compra da carne, ela explica. Na sequência, a Presidente Roseli agradece e elogia a apresentação das conselheiras Adriane e Rosângela e dá seguimento à pauta dos informes do DESAN com o Secretário Executivo Valdenir. O Sr. Valdenir explica que entregou aos conselheiros e conselheiras o Ofício Circular nº 02/2022 da Defensoria Pública do Paraná, acerca da recomendação da presença de um profissional técnico nutricionista no Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN) para acompanhar as refeições dos presos. Neste sentido, vários segmentos já se manifestaram para o

DEPEN e solicitaram, no mínimo, um profissional da nutrição dentro do Departamento. Assim, a elaboração de uma recomendação pela Câmara de Direitos Humanos para reforçar a importância da presença desse profissional no Departamento é discutida. Em seguida, o Secretário Executivo explica que a Universidade Federal do Paraná, através do Observatório de Conselhos, está cobrando de todos os municípios do Estado informações dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar. Segundo ele, a maioria dos municípios contatados não respondeu a pesquisa, e, devido a isso, ele pede para que as CORESAN's cobrem dos municípios as respostas. Por fim, ele aborda a questão das adesões ao SISAN e informa que, até o momento, são 200 adesões concluídas, além dos 10 municípios que serão encaminhados à Brasília, quais sejam: Apucarana, Guaratuba, Contenda, Tunas do Paraná, Nova Londrina, Matelândia, Amaporã, Paranápoema, Adrianópolis e Santa Fé. Na sequência, a conselheira Márcia trata sobre duas questões relacionadas ao Compra Direta. Ela informa que o Tribunal de Contas do Estado verificou entrega de alimentos inadequados em algumas escolas, produtos que haviam sido categorizados como bons pelas entidades beneficiárias. Dito isso, a conselheira pontua que as entidades não devem receber alimentos inadequados e que devem registrar no sistema apenas os produtos considerados bons. Ademais, ela ressalta que os técnicos devem sinalizar a importância da qualidade dos produtos entregues pelas cooperativas. A outra questão descrita pela conselheira envolve o atraso dos registros das entregas de produtos. Ela explica que devido ao grande número de romaneios e para evitar o atraso de pagamento dos produtores foi solicitado às entidades que registrem semanalmente as entregas dos produtos. Devido ao montante de entidade que não registra pontualmente as entregas, ela informa que, a partir desse ano, caso a entidade seja advertida três vezes por atrasar o registro, a entidade em questão será desligada. A Conselheira Márcia esclarece também que foi necessário alterar alguns municípios do projeto de Modernização das Centrais Públicas de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, a saber: O município de Honório Serpa teve sua Central modernizada com recursos estaduais, onde adquiriu um veículo para o transporte dos produtos da agricultura familiar, sendo substituído pelo município de Vitorino. O município de Guaíra não possui Central pública de Recebimento e distribuição de Produtos da Agricultura Familiar, sendo substituído pelo município de Palotina. Encerrando à exposição, a Conselheira esclarece que o contrato das 37 cooperativas que estão entregando o leite do Programa Leite das Crianças acaba no dia 30 de setembro deste ano. Em suma, ela explica que tentaram realizar um novo credenciamento para esse ano, mas que devido ao recurso de 40 milhões de reais que ainda não foi disponibilizado pela SEFA, farão um novo aditivo para durar até o mês de maio de 2023, ano em que o credenciamento será obrigatório, haja vista a nova legislação de licitações. Por fim, a conselheira Maria Isabel faz a leitura da carta compromisso com a segurança alimentar dos candidatos ao Governo do Estado e a Presidente Roseli, posteriormente, encaminha a sua aprovação. Em seguida, a Presidente Roseli agradece à equipe responsável pela organização e planejamento do evento e a todos e todas presentes e dá por encerrada a 5ª reunião de 2022.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB